



**ANTROPOMORFISMO, LIBERDADE E LINHA DE FUGA EM “UM RELATÓRIO  
PARA UMA ACADEMIA”**

Cássio Roberto Borges da Silva<sup>1</sup>

O conto em questão, publicado na antologia denominada *Um médico rural* (1999), é narrado em primeira pessoa por um símio humanizado que havia sido convidado pelos “einentes senhores da academia” para proferir uma conferência sobre sua “pregressa vida de macaco”. A tarefa proposta, contudo, é acatada pelo conferencista apenas em sentido restrito, uma vez que a condição de possibilidade de sua “evolução” teria sido “justamente a renúncia a qualquer obstinação” (KAFKA, 1999, p. 59). Tal renúncia, princípio diretivo de sua realização, teria tido, contudo, como consequência o completo aniquilamento das recordações relativas a sua vida animal, de tal forma que a matéria da conferência, aquém do que lhe havia sido solicitado, restringe-se à descrição do procedimento que permitiu sua entrada no mundo dos homens.

Nessa breve narrativa, assim como em outras novelas e contos de Kafka, o tema da linha fuga, em sua correlação antitética com a noção de liberdade, desempenha um papel nuclear. Tanto nos devires animais de personagens humanas, como na *Metamorfose*, quanto em devires humanos de animais, como em “Um relatório para a uma academia”, a figuração das linhas de fuga, ou seja, das “saídas”, distingue-se radicalmente de uma experiência libertária. Trata-se de uma questão que tem sido explorada amiúde na fortuna crítica de Kafka, como se verifica, por exemplo, em *Kafka para uma literatura menor*, estudo de Deleuze e Guattari:

[...] como Kafka faz dizer ao macaco em *Relato para uma academia*, não se trata do movimento vertical bem formado na direção do céu ou diante de si, não se trata de furar o teto, mas de «safar-se de cabeça em riste», para onde quer que seja, ou ficar no mesmo sítio, intensamente; não se trata de liberdade por oposição a submissão, mas apenas duma linha de fuga, ou melhor, duma simples *passagem*, «à direita, à esquerda, onde quer que seja», a menos significante possível. (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 24)

Na presente intervenção, pretendemos, seguindo a linha de raciocínio formulada

<sup>1</sup> Professor Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, BA, Brasil. Endereço eletrônico: cassi robertoborges@hotmail.com



por Deleuze e Guattari, discutir a oposição entre “linha de fuga” e liberdade, concebendo a escrita de Kafka como um procedimento que, ao exceder as convenções literárias relativas à crítica social, teria sido capaz de “extrair” os “agenciamentos maquínicos” que efetivamente operam no campo social, que teria sido capaz de “desmontá-los”, fazendo funcionar uma “máquina de expressão” que desarticula os hábitos realistas de representação. Como afirma Godinho, na introdução da tradução portuguesa do estudo de Deleuze e Guattari, o espaço de escrita de Kafka implica, não a liberdade, mas “uma questão de saída em contiguidade lógica com um espaço circunscrito”:

*É um espaço de escrita. A sua constituição, ou, melhor, a sua produção não é uma questão de liberdade. A liberdade afirma ainda algo de constrangedor e abstrato. Só tem mérito para quem se sinta ou se intitule realmente preso ou amordaçado, impedido de se mover. O espaço da escrita implica, antes, uma questão de saída em continuidade lógica com um espaço circunscrito. O problema que Kafka enfrentou rivalizava com esta questão. (GODINHO in DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 15)*

A percepção dos dispositivos de contiguidade e de proliferação configura-se como uma guinada nas leituras de Kafka, uma vez que, durante décadas, a maioria dos estudos dedicados a ele haviam persistido em argumentos centrados na culpabilidade, na angústia e na tragicidade de seus escritos, estudos que investiam, portanto, em chaves de leitura psicológicas, alegóricas ou simbólicas, chaves diametralmente opostas à leitura política e irônica de Kafka formulada por Deleuze e Guattari. Nessa nova chave, a escrita de Kafka é caracterizada como uma experiência que promove um tratamento menor da língua maior, como uma literatura menor que problematiza as relações infinitesimais de poder e que coloca em evidência o aspecto ilusório dos pressupostos metafísicos que balizam a representação realista.

Como demonstra Nabais (2009), as noções de “agenciamento” e de “máquina abstrata”, em Deleuze, foram forjadas sob o impacto da recepção das investigações de Foucault a propósito das relações entre saber e poder, em *Arqueologia do Saber* (2013) e em *Vigiar e Punir* (2013a), principalmente, obras que foram imediatamente examinadas por Deleuze, como atestam os artigos publicados na revista *Critique*, em 1970 e em 1975, estudos posteriormente revistos e editados como a primeira parte de *Foucault* (2013). Nabais identifica em tais artigos uma forte correlação entre os “diagramas” de poder e as “máquinas abstratas”, assim como a aproximação entre os “dispositivos disciplinares” e os “agenciamentos”, ou seja, a concepção de poder que subjaz à formulação dos “agenciamentos” e das “máquinas abstratas” em Deleuze, com sua dupla articulação



enunciativa e maquina, deriva-se das reflexões de Foucault. Tais reflexões, por sua vez, são bastante elucidativas no concerne à configuração das relações entre as formalidades jurídicas e políticas dos sistemas democráticos de representação, forjados sob o princípio das liberdades individuais, e as tecnologias disciplinares de coerção que, de acordo com Foucault, constituem-se como uma face sub-reptícia das “luzes”, situada no “subsolo das liberdades formais e jurídicas”:

E se, de uma maneira formal, o regime representativo permite que direta ou indiretamente, com ou sem revezamento, a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas. O contrato podia muito bem ser imaginado como fundamento ideal do direito e do poder político; o panoptismo constituía o processo técnico, universalmente difundido, da coerção. Não parou de elaborar em profundidade as estruturas jurídicas da sociedade, para fazer funcionar os mecanismos efetivos do poder ao encontro dos quadros formais de que este dispunha. As “Luzes” que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas. (FOUCAULT, 2013a, p. 209)

Nesse ponto, convém retomar a distinção que situávamos no foco de nossa intervenção: a distinção entre “liberdade” e “linha de fuga”. No conto de Kafka, a humanização do símio, devir humano do animal, apresenta-se como processo irreversível de afastamento de sua origem e, conseqüentemente, de sua liberdade, uma vez que a liberdade é concebida como condição restrita à vida animal: “macaco livre” (KAFKA, 1999, p.59). Nesse sentido, a linha de fuga adotada pelo protagonista o conduz, necessariamente, não apenas uma absoluta obliteração de sua condição animal, mas, também, à plena renúncia de sua antiga liberdade:

Essa realização [a humanização] teria sido impossível se eu tivesse querido me apegar com teimosia à minha origem e às lembranças de juventude. Justamente a renúncia a qualquer obstinação era o supremo mandamento que eu me havia imposto; eu, macaco livre, me submeti a esse jugo. Com isso, porém, as recordações, por seu turno, se fecharam cada vez mais para mim. (KAFKA, 1999, p. 59)

Condição de possibilidade para humanização, a obliteração da condição animal é reafirmada pelo protagonista em duas ocasiões relativamente distintas: na primeira delas, ele estabelece uma homologia entre a sua condição “evoluída” e a de seu auditório na academia, lembrando que a distância entre ele a sua origem não poderia ser tão diferente da distância que



separava aqueles ovintes dessa mesma origem; na segunda ocasião, o conferencista levanta uma homologia entre o seu empenho inicial de humanização, concebido, então, como luta “contra a natureza do macaco”, e a condição “humana” de um marinheiro que, trabalhando na embarcação que o havia conduzido da Costa do Ouro para a Europa, havia atuado como seu primeiro “mestre de homem”. A principal diferença, do ponto de vista do protagonista, entre o bruto “mestre de homem” e os “einentes” doutores da academia é que estes haviam esquecido completamente sua origem animal, enquanto seu primeiro mestre sabia que ainda estava lutando contra sua “natureza de macaco”:

Falando francamente – por mais que eu goste de escolher imagens para estas coisas –, falando francamente, sua origem de macaco, meus senhores, até onde tenham atrás de si algo dessa natureza, não pode estar tão distante dos senhores quanto a minha está de mim. Mas ela faz cócegas no calcanhar que qualquer um que caminhe sobre terra – do pequeno chipanzé ao grande Aquiles. (KAFKA, 1999, p. 60)

E, algumas páginas depois:

[...] é certo que às vezes ele segurava o cachimbo aceso junto à minha pele até começar a pegar fogo em algum ponto que eu não alcançava, mas ele mesmo o apagava depois com a sua mão boa e gigantesca; não estava bravo comigo, percebia que lutávamos do mesmo lado contra a natureza do macaco e que a parte mais pesada ficava comigo. (KAFKA, 1999, p. 69)

A correlação levantada, até aqui, entre a humanização e o conseqüente esgotamento da liberdade poderia levar a crer que a situação reversa, o devir animal do humano, implicaria também a reversão desse coeficiente, contudo, não é isso o que ocorre nos contos de Kafka. Neles, o “sublime sentimento de liberdade” é regularmente caracterizado como um engodo, como formalidade abstrata que opera sub-repticiamente a legitimação de mecanismos coercitivos de poder. A passagem de Foucault, referida anteriormente, converge, nesse ponto, perfeitamente com a ficção de Kafka. Em “Um relatório para uma academia”, o narrador refere-se explicitamente à diferença entre a “linha de fuga” e liberdade:

Tenho medo de que não compreendam direito o que entendo por saída. Emprego a palavra no seu sentido mais comum e pleno. É intencionalmente que não digo liberdade. Nem me refiro a esse grande sentimento de liberdade por todos os lados. Como macaco talvez eu o conhecesse e travei conhecimento com pessoas que têm essa aspiração. Mas no que me diz respeito, eu não exigia liberdade nem naquela época nem hoje.



Dito de passagem: é muito frequente que os homens ludibriem entre si com a liberdade. E assim como a liberdade figura entre os sentimentos mais sublimes, também o ludíbrio correspondente figura entre os mais elevados. (KAFKA, 1999, p. 64)

Já não se trata, portanto, de uma operação libertária, concepção demasiadamente romântica da literatura, trata-se de encontrar uma saída, de extrair e de desmontar os agenciamentos maquínicos que convertem os corpos humanos em engrenagens de uma máquina social. O antropomorfismo em Kafka, assim como o devir animal, configura-se como um procedimento político, como um agenciamento coletivo de enunciação que opera politicamente, que abre uma linha de fuga, uma linha de resistência ao fundamento metafísico do realismo, uma linha que reduz a máquina abstrata transcendente à mera ilusão projetiva, forjada na imanência de micropoderes dispersos, no bojo de tênues dispositivos disciplinares que operam extensivamente sobre os corpos individuais e absolutamente sobre o corpo social. A ficção de Kafka, sobretudo a dos romances, coloca em cena, já em princípios do século, uma sociedade disciplinar. Nela, já não há transcendência da lei ou culpabilidade presumida, nela, há segmentaridades contíguas ilimitadas, proliferação de vigilâncias e interrogatórios contínuos, “processo nunca encerrado”. Como dizia Foucault, em *Vigiar e Punir*:

O ponto ideal da penalidade hoje seria a disciplina infinita: um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado, o amolecimento calculado de uma pena ligada à curiosidade implacável de um exame, um procedimento que seja ao mesmo tempo a medida permanente de um desvio em relação a uma norma inacessível e o movimento assintótico que obriga a encontrá-la no infinito. (FOUCAULT, 2013a, p. 211)

Não deixa de ser curioso observar, à guisa de conclusão, que o momento em que Foucault concentra-se na elaboração das genealogias do poder é também o momento que coincide com seu desinteresse pela literatura, em particular, e, de forma mais genérica, senão um desinteresse, ao menos uma atenuação de suas inquietações sobre as questões relativas à linguagem, como aponta Roberto Machado (2012), entretanto, a fecunda apropriação dessas mesmas genealogias por Deleuze e Guattari propicia, nesses autores, uma abertura radical para uma reflexão política sobre a literatura, favorecendo a elaboração de noções como as de “agenciamento” e de “máquina abstrata” que, posteriormente, autonomizam-se na rizomática dos *Mil Platôs* (2011),



configurando-se não mais como categorias analíticas no campo da crítica literária, mas como elementos nucleares de uma filosofia da descontinuidade e da multiplicidade.

## REFERÊNCIAS

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. **Kafka para uma Literatura Menor**. Tradução e prefácio Rafael Godinho. Assírio & Alvim: Lisboa, 2003.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2013a.

KAFKA, F. **Um médico rural**. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NABAIS, C. P. A dobra Deleuze-Foucault. In: CASCAIS, A. F.; LEME, J. L. C.; NABAIS, N. (Eds.). **Lei, Segurança e Disciplina. Trinta anos depois de Vigiar e Punir de Michel Foucault**. Lisboa: CFCUL, 2009, pp. 71-110.

MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.